

ADULTIZAÇÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATUAL SOCIEDADE



CHILDHOOD ADULTIFICATION AND ITS IMPLICATIONS IN TODAY'S SOCIETY

ELIANE MOURA DA SILVA NUNES

Graduação em Pedagogia pela Faculdade uniban (2008); Especialista em letramento e alfabetização pela Faculdade unifai (2012); Professora de Educação infantil – na EMEI Perimetral I e no CEI Salvador Lo Turco.

RESUMO

A adultização infantil é um fenômeno social que consiste na antecipação de comportamentos, responsabilidades e padrões estéticos típicos da vida adulta impostos a crianças, comprometendo o desenvolvimento integral durante a infância. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre as causas e consequências desse processo, analisando sua presença em diferentes contextos sociais e culturais. A pesquisa, fundamentada em revisão bibliográfica, evidencia os impactos negativos da adultização no bem-estar físico, emocional e psicológico da criança, bem como a importância do papel da família, da escola e das políticas públicas na proteção dos direitos da infância. Conclui-se que o enfrentamento da adultização requer uma atuação intersetorial e a valorização da infância como fase singular e indispensável na formação do sujeito.

Palavras-chave: Adultização infantil; Desenvolvimento infantil; Responsabilidade precoce; Direitos da criança; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

Childhood adultification is a social phenomenon that consists of imposing behaviors, responsibilities, and aesthetic standards typical of adulthood on children, compromising their integral development during childhood. This article proposes a critical reflection on the causes and consequences of this process, analyzing its presence in different social and cultural contexts. The research, based on a literature review, highlights the negative impacts of adultification on the physical, emotional, and psychological well-being of children, as well as the importance of the role of the family, school, and public policies in protecting children's rights. It concludes that addressing adultification requires intersectoral action and the appreciation of childhood as a unique and indispensable phase in the formation of the individual.

Keywords: Child adultification; Child development; Early responsibility; Children's rights; Social vulnerability.

INTRODUÇÃO

A infância é uma fase do desenvolvimento humano marcada por transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais, sendo fundamental para a formação da identidade e da subjetividade dos indivíduos. No entanto, observa-se um fenômeno crescente e preocupante denominado *adultização infantil*, que consiste na imposição precoce de comportamentos, responsabilidades, estéticas e papéis sociais próprios da vida adulta às crianças. Esse processo pode ocorrer de forma sutil ou explícita, e manifesta-se em diferentes contextos — desde o ambiente familiar até as mídias, escolas e redes sociais.

A adultização infantil revela uma inversão de papéis no ciclo do desenvolvimento, impactando negativamente a formação emocional e psicológica da criança. Entre os fatores que contribuem para esse fenômeno, destacam-se o consumo exacerbado de conteúdos midiáticos inadequados para a idade, a erotização precoce, a ausência de limites parentais e a responsabilização da criança por funções típicas de adultos, como o cuidado com irmãos ou a contribuição financeira para o sustento familiar.

Diante desse cenário, torna-se necessário refletir criticamente sobre os impactos da adultização infantil no desenvolvimento das crianças e sobre o papel da sociedade, da família e das instituições na proteção dos direitos da infância. Este artigo tem como objetivo analisar os principais aspectos relacionados à adultização infantil, suas causas, consequências e possíveis estratégias de enfrentamento, com base em uma revisão da literatura científica e nas contribuições de estudiosos da área.

Esse fenômeno, muitas vezes naturalizado ou romantizado pela sociedade, compromete o pleno exercício da infância como etapa essencial para o amadurecimento gradual do ser humano. Crianças adultizadas são frequentemente expostas a situações para as quais não estão emocional ou cognitivamente preparadas, o que pode gerar sentimentos de ansiedade, frustração, insegurança e até quadros de sofrimento psíquico. Ao serem levadas a desempenhar papéis incompatíveis com sua idade, elas têm suas vivências infantis abreviadas, o que pode acarretar prejuízos significativos em sua formação integral.

Além disso, a adultização infantil está fortemente relacionada a fatores sociais e econômicos, sendo mais recorrente em contextos de vulnerabilidade, onde a ausência de políticas públicas eficazes e o desamparo institucional favorecem a sobrecarga das crianças com tarefas que deveriam ser assumidas por adultos. Entretanto, esse processo não está restrito a camadas sociais específicas, uma vez que, em classes mais altas, a adultização pode ocorrer por meio da exposição excessiva à estética adulta, da hipervalorização da imagem e do desempenho, e da pressão por sucesso desde os primeiros anos de vida.

Compreender a adultização infantil como uma violação dos direitos fundamentais da criança, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é um passo essencial para o enfrentamento dessa problemática. Reconhecer sua existência e complexidade exige o envolvimento de diversos setores da sociedade, incluindo família, escola, meios de comunicação e políticas públicas, em um esforço coletivo pela valorização e preservação da infância como tempo de crescimento, proteção e desenvolvimento integral.

ADULTIZAÇÃO INFANTIL: IMPACTOS E DESAFIOS NA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA

A adultização infantil é um fenômeno social cada vez mais recorrente e que tem despertado atenção no campo acadêmico, educacional e social. O termo refere-se ao processo no qual a criança passa a ser exposta a comportamentos, responsabilidades e representações que não correspondem à sua faixa etária, resultando na perda do tempo próprio da infância, marcado pelo brincar, pela ludicidade e pela construção gradual da identidade emocional e social. Trata-se de uma antecipação de experiências adultas que acabam por impactar significativamente a formação integral da criança.

Diversos fatores contribuem para a intensificação desse fenômeno. A mídia e as redes sociais ocupam papel central ao expor crianças a padrões estéticos e de comportamento que incentivam a imitação de adultos, seja por meio de músicas, danças, roupas ou discursos que carregam significados muitas vezes associados à sexualidade precoce. A indústria cultural e da moda também reforça tais práticas, comercializando produtos e conteúdo que estimulam a perda da ingenuidade infantil. Além disso, o ambiente familiar e social pode exercer forte influência ao impor

responsabilidades excessivas, exigências comportamentais ou expectativas que extrapolam a maturidade própria da idade. Em contextos socioeconômicos vulneráveis, esse processo é ainda mais agravado, pois muitas crianças acabam sendo obrigadas a assumir papéis de adultos em virtude da necessidade de trabalho ou de participação nas dinâmicas de subsistência da família.

As manifestações da adultização se expressam de diferentes formas, entre as quais se destacam a sexualização precoce, visível em modos de vestir e em práticas culturais que estimulam comportamentos inadequados à idade, e a pressão estética, que leva a criança a buscar padrões de beleza irreais e inatingíveis. Também é comum a exigência de atitudes e responsabilidades que caberiam a adultos, o que gera sobrecarga emocional e psicológica. A exposição nas redes sociais constitui outro agravante, pois transforma a infância em espetáculo público, no qual a criança, muitas vezes orientada por adultos, é induzida a construir uma identidade digital incompatível com sua fase de desenvolvimento.

Os impactos desse processo são profundos e podem comprometer diferentes dimensões da vida infantil. No campo psicológico, observa-se a maior incidência de ansiedade, baixa autoestima e distorções na percepção da autoimagem. Do ponto de vista social, a criança adultizada pode apresentar dificuldades de interação com pares de mesma idade, demonstrando amadurecimento aparente, mas superficial, que fragiliza a construção de vínculos saudáveis. No aspecto educacional, a pressa em adotar posturas adultas pode prejudicar a atenção, a concentração e o desenvolvimento cognitivo, enquanto no campo emocional ocorre a fragilização da identidade e a dificuldade em lidar com frustrações próprias do processo de crescimento.

Diante dessa realidade, a sociedade contemporânea enfrenta grandes desafios. É urgente equilibrar o acesso das crianças às tecnologias e às mídias digitais, criando estratégias que permitam usufruir de seus benefícios sem, contudo, antecipar etapas do desenvolvimento. Torna-se igualmente necessária a implementação de políticas públicas de proteção à infância, aliadas a ações educativas que promovam o fortalecimento da ludicidade e a preservação do direito de ser criança. Nesse contexto, o papel da família e da escola é indispensável, visto que são os principais agentes de socialização e proteção, capazes de orientar e estabelecer limites saudáveis frente às pressões externas.

Entre os caminhos possíveis para o enfrentamento da adultização infantil, destacam-se a regulamentação de conteúdos midiáticos voltados ao público infantil, a promoção de campanhas de conscientização social, o incentivo ao brincar e às atividades lúdicas, bem como a formação continuada de pais e educadores. Tais iniciativas, quando articuladas, podem contribuir para resguardar a infância como uma etapa essencial e insubstituível no desenvolvimento humano, permitindo que crianças vivenciem plenamente essa fase e construam bases sólidas para a vida adulta.

A adultização infantil não é um fenômeno isolado, mas um reflexo das transformações culturais, econômicas e sociais da contemporaneidade. O avanço da globalização, a expansão das tecnologias digitais e o consumo cada vez mais precoce de bens culturais têm contribuído para a dissolução das fronteiras entre os universos da infância e da vida adulta. Nesse contexto, a criança é cada vez mais vista como um sujeito de consumo, e não apenas como um ser em desenvolvimento, o que gera impactos diretos sobre sua formação identitária.

A lógica mercadológica transforma a infância em um espaço de exploração de desejos e necessidades fabricadas, estimulando o consumo de roupas, brinquedos, acessórios e até cosméticos que remetem ao universo adulto. Essa dinâmica, além de reforçar a pressão estética, contribui para a normalização de práticas que naturalizam a sexualização precoce. O fenômeno se agrava quando a exposição midiática, por meio de influenciadores digitais mirins, dissemina padrões de comportamento que são reproduzidos por outras crianças em busca de aceitação social. Assim, o brincar, que deveria ser o eixo estruturante da infância, é substituído pela performance, pelo espetáculo e pela busca por visibilidade.

Outro ponto importante a ser considerado é a relação entre adultização e vulnerabilidade social. Em muitas famílias, sobretudo em contextos de pobreza, a criança é compelida a assumir funções que não correspondem à sua idade, seja no cuidado de irmãos mais novos, seja no ingresso precoce no mercado de trabalho informal. Essa antecipação de responsabilidades compromete não apenas o desenvolvimento infantil, mas também a continuidade dos estudos e a projeção de um futuro com maiores oportunidades. A adultização, nesse caso, não se expressa apenas na dimensão estética ou cultural, mas também na sobrecarga funcional, que gera impactos físicos e emocionais duradouros.

Do ponto de vista psicológico, especialistas apontam que a adultização precoce interfere na formação da identidade, produzindo uma lacuna entre o que a criança aparenta ser e o que de fato consegue elaborar emocionalmente. Essa discrepância pode resultar em sentimentos de inadequação, crises de autoestima e dificuldades no estabelecimento de relações interpessoais. Além disso, a aceleração do amadurecimento muitas vezes leva a uma fase adulta fragilizada, marcada pela ausência de referências sólidas e pela dificuldade em lidar com frustrações, já que a infância, etapa essencial de preparação para a vida, não foi devidamente vivenciada.

O enfrentamento da adultização infantil exige, portanto, uma abordagem multidisciplinar. Psicólogos, educadores, sociólogos e profissionais da comunicação têm discutido estratégias para resguardar a infância, enfatizando a importância de políticas públicas eficazes, da conscientização das famílias e da regulação de conteúdos midiáticos. A escola, como espaço privilegiado de formação, também precisa assumir papel ativo no processo, promovendo atividades que incentivem o brincar, a imaginação, a criatividade e a convivência saudável.

A preservação da infância, nesse sentido, não deve ser vista como um retrocesso, mas como a garantia de um direito fundamental. É preciso compreender que cada fase do desenvolvimento humano possui sua importância e que pular etapas pode comprometer a formação integral da criança. Permitir que a infância seja vivida em sua plenitude é assegurar não apenas um presente mais saudável, mas também um futuro mais equilibrado, no qual os sujeitos possam construir sua identidade com segurança e autonomia.

A INFÂNCIA SOB PRESSÃO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ADULTIZAÇÃO INFANTIL

A infância, historicamente, nem sempre foi concebida como uma fase distinta da vida. Durante séculos, a criança foi vista como um “adulto em miniatura”, inserida precocemente nas rotinas de trabalho, responsabilidades familiares e práticas culturais da sociedade. Foi somente a partir da modernidade, como demonstram estudos históricos e sociológicos, que a infância passou a ser reconhecida como uma etapa singular, dotada de especificidades emocionais, cognitivas e sociais que precisam ser respeitadas para o desenvolvimento pleno do indivíduo. Entretanto, apesar desse avanço conceitual, observa-se no mundo contemporâneo uma tendência inversa: a adultização precoce, que pressiona crianças a vivenciar experiências que não condizem com sua maturidade.

Essa pressão se expressa de diferentes formas, desde a estética até a psicológica, revelando-se como um produto da sociedade de consumo e da hiperexposição midiática. As crianças são constantemente bombardeadas por conteúdos que estimulam comportamentos, linguagens e aparências adultas, seja em programas televisivos, nas redes sociais ou na publicidade. Essa antecipação de papéis fragiliza a vivência lúdica da infância e interfere diretamente na formação identitária.

Ao mesmo tempo, contextos de vulnerabilidade social intensificam esse fenômeno, pois, além da influência midiática, muitas crianças são obrigadas a assumir responsabilidades de adultos em suas famílias, como o cuidado de irmãos mais novos ou até mesmo a inserção no trabalho precoce. Desse modo, a adultização não é apenas um reflexo da cultura midiática, mas também um fenômeno estruturado por desigualdades sociais e econômicas que moldam a infância de forma desigual.

A análise desse processo revela que a adultização infantil é uma construção social complexa, que não pode ser reduzida a um único fator. Ela é resultado da combinação entre a lógica do mercado, que transforma a criança em consumidora e objeto de consumo, as práticas familiares, que por vezes reforçam expectativas de amadurecimento precoce, e as condições socioeconômicas, que obrigam

a vivência antecipada de papéis adultos. Nesse sentido, compreender o fenômeno exige uma visão crítica e interdisciplinar, que permita identificar seus impactos e propor caminhos de enfrentamento.

A compreensão da adultização infantil exige uma reflexão que vá além da observação imediata do fenômeno, situando-o em um panorama histórico e cultural mais amplo. Philippe Ariès, em sua obra clássica sobre a história da infância, já demonstrava que nem sempre houve uma percepção social da infância como uma etapa distinta da vida. Na Idade Média, por exemplo, a criança era vista como um ser incompleto, que rapidamente passava a integrar o mundo dos adultos, seja por meio do trabalho ou pela adoção precoce de papéis sociais. Foi somente a partir da modernidade, especialmente com o advento da escola e da valorização do desenvolvimento infantil, que a infância passou a ser concebida como uma fase singular, merecedora de proteção e cuidados específicos.

Contudo, no mundo contemporâneo, marcado pelo avanço da globalização, pela difusão das mídias digitais e pela lógica consumista, observa-se um movimento que retoma, em novas roupagens, a antiga negação da infância como tempo de experimentação lúdica. A criança, muitas vezes, é inserida em práticas que não respeitam sua maturidade emocional e cognitiva, reproduzindo gestos, comportamentos e estéticas adultas. Nesse sentido, a adultização pode ser compreendida como uma forma de “abreviação da infância”, na qual as etapas do desenvolvimento são aceleradas artificialmente, em busca de um ideal de maturidade precoce que, na realidade, fragiliza a formação integral.

Esse processo se torna ainda mais evidente na cultura midiática. As redes sociais, por exemplo, transformaram-se em vitrines nas quais crianças são expostas de maneira contínua, seja como influenciadoras digitais, seja como objetos de consumo simbólico. Tal exposição fomenta a busca por reconhecimento e visibilidade, incentivando performances adultas que não correspondem ao estágio de desenvolvimento infantil. Além disso, a publicidade direcionada ao público infantil reforça padrões estéticos e de comportamento que estimulam a perda da espontaneidade própria da idade, substituindo o brincar e a imaginação pelo consumo e pela busca por aceitação social.

Do ponto de vista psicológico, a adultização precoce pode gerar impactos duradouros. O processo de formação da identidade, que se dá de maneira gradual, é comprometido pela antecipação de papéis e responsabilidades. A criança pode desenvolver sentimentos de inadequação, ansiedade e baixa autoestima, uma vez que lhe são exigidas posturas que não está preparada para sustentar emocionalmente. Ademais, ao ser privada da experiência plena da infância, ela corre o risco de chegar à vida adulta sem referências sólidas de autonomia e autoconfiança, já que seu percurso de amadurecimento foi interrompido ou distorcido.

Assim, a adultização infantil deve ser analisada como um fenômeno multifacetado, que resulta da combinação entre fatores históricos, sociais, econômicos e psicológicos. Não se trata apenas de um

modismo cultural ou de uma tendência estética, mas de um processo profundo que atinge diretamente os direitos fundamentais da criança. Reconhecer a gravidade do fenômeno é o primeiro passo para a construção de estratégias coletivas que visem proteger a infância, assegurando-lhe o espaço e o tempo necessários para que possa se desenvolver de maneira saudável e plena.

IMPACTOS SOCIAIS E EDUCACIONAIS

A adultização infantil traz consigo consequências significativas que ultrapassam a esfera individual e alcançam dimensões sociais e educacionais. No campo social, observa-se que crianças expostas precocemente a padrões e responsabilidades adultas tendem a apresentar dificuldades de convivência com seus pares. Ao reproduzir comportamentos e linguagens típicas do universo adulto, a criança passa a destoar do grupo etário ao qual pertence, criando barreiras na formação de vínculos saudáveis e na participação em atividades próprias da infância. Essa discrepância pode gerar isolamento, sentimento de inadequação e até mesmo conflitos de identidade, uma vez que a criança não se reconhece plenamente nem no universo infantil, nem no adulto.

Outro aspecto relevante é a influência da adultização sobre a socialização. O ambiente escolar, que deveria ser espaço de trocas, aprendizagem e experiências coletivas, muitas vezes se torna palco de reprodução de padrões estéticos e comportamentais advindos da mídia e das redes sociais. Crianças adultizadas podem buscar aceitação por meio da aparência, da sensualização ou da performance, o que fragiliza a espontaneidade e reforça estereótipos sociais. Isso tende a acentuar desigualdades, pois aquelas que não se enquadram nos modelos impostos enfrentam exclusão, bullying e desvalorização dentro do grupo. Assim, a adultização contribui para a intensificação de relações sociais marcadas pela competitividade e pela pressão por aceitação, em detrimento da cooperação e da ludicidade.

No campo educacional, os impactos também são significativos. A criança que vive a adultização precoce frequentemente demonstra dificuldade de concentração e atenção, pois seu interesse é direcionado para a manutenção de uma imagem ou de um papel social que não corresponde ao espaço escolar. O brincar, essencial para o processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, é deixado em segundo plano, comprometendo o estímulo à criatividade, à imaginação e ao raciocínio crítico. Além disso, a valorização de comportamentos adultos pode gerar desinteresse pelas atividades escolares, vistas como pouco atrativas ou imaturas diante da identidade que a criança busca construir.

Outro ponto a ser destacado é que a adultização interfere no ritmo de aprendizagem. Ao ser pressionada a assumir responsabilidades ou posturas acima de sua idade, a criança pode desenvolver sentimentos de ansiedade e frustração, prejudicando seu desempenho acadêmico. Muitas vezes, a escola se depara com alunos que aparentam maturidade em sua postura externa,

mas que apresentam lacunas emocionais e cognitivas que dificultam a assimilação dos conteúdos. Isso gera um descompasso entre a imagem social da criança e suas reais capacidades de aprendizagem, o que pode levar à evasão escolar ou à queda no rendimento.

Dessa forma, os impactos sociais e educacionais da adultização infantil são amplos e preocupantes, pois comprometem tanto o processo de socialização quanto o desenvolvimento acadêmico. Ao transformar a infância em um espaço de simulação da vida adulta, o fenômeno fragiliza as bases da formação cidadã e reduz as possibilidades de um desenvolvimento integral. Isso evidencia a necessidade de que a sociedade, a família e a escola estejam atentas a esse processo, buscando estratégias que garantam à criança o direito de viver plenamente sua fase de desenvolvimento, sem pressões que comprometam seu futuro.

Diante dos impactos sociais e educacionais ocasionados pela adultização infantil, torna-se urgente refletir sobre medidas de enfrentamento que possam minimizar seus efeitos e prevenir sua intensificação. A preservação da infância deve ser entendida não apenas como uma responsabilidade familiar, mas como um compromisso coletivo que envolve escola, sociedade e Estado.

No âmbito familiar, é fundamental que pais e responsáveis reconheçam a importância de permitir que a criança vivencie plenamente sua fase de desenvolvimento, valorizando o brincar, a imaginação e o convívio saudável com outras crianças. O acompanhamento das atividades em redes sociais, o estabelecimento de limites quanto ao acesso a conteúdo midiáticos e a orientação sobre valores éticos e emocionais são práticas essenciais para resguardar a infância. Além disso, o fortalecimento do vínculo afetivo familiar funciona como um fator de proteção, capaz de oferecer à criança um espaço seguro para a expressão de suas emoções e necessidades.

A escola, por sua vez, tem papel central na prevenção e enfrentamento da adultização. Como espaço de socialização e aprendizagem, deve promover atividades que valorizem a ludicidade, a criatividade e a cooperação, contrapondo-se à lógica de competitividade e padronização imposta pela sociedade de consumo. Projetos pedagógicos que incentivem o respeito à diversidade, o uso crítico da mídia e a valorização da identidade infantil são estratégias eficazes para reduzir os efeitos da adultização no ambiente escolar. A capacitação de professores também é necessária, uma vez que profissionais preparados são capazes de identificar sinais de adultização e adotar práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

No campo das políticas públicas, a necessidade de regulamentação se torna evidente. A publicidade dirigida ao público infantil, muitas vezes responsável por reforçar padrões de consumo e estereótipos adultos, deve ser rigidamente controlada. Campanhas de conscientização voltadas à sociedade podem contribuir para difundir a importância da preservação da infância, sensibilizando famílias e instituições sobre os riscos da adultização precoce. Além disso, é fundamental investir em programas

sociais que ofereçam apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, reduzindo a necessidade de que crianças assumam responsabilidades adultas em virtude de dificuldades econômicas.

Outro aspecto relevante é a promoção de espaços comunitários de convivência e lazer, que ofereçam alternativas ao consumo midiático e incentivem experiências coletivas saudáveis. Praças, centros culturais e projetos esportivos podem funcionar como instrumentos de fortalecimento da infância, criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam de forma equilibrada e protegida de pressões externas.

Portanto, enfrentar a adultização infantil requer uma abordagem multidimensional, que considere tanto as influências culturais e midiáticas quanto os desafios socioeconômicos e educacionais. Somente por meio da articulação entre família, escola, sociedade e Estado será possível garantir que a infância seja respeitada em sua singularidade, assegurando às crianças o direito de crescerem no tempo certo, livres de pressões que possam comprometer sua saúde emocional, social e acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adultização infantil configura-se como um fenômeno complexo e multifacetado, resultado de fatores históricos, sociais, culturais e econômicos que influenciam diretamente o desenvolvimento das crianças. A análise realizada ao longo deste trabalho evidenciou que a exposição precoce a padrões de comportamento, estéticas e responsabilidades adultas compromete a vivência plena da infância, etapa fundamental para a construção da identidade, da autoestima e do desenvolvimento cognitivo e emocional.

Constatou-se que os impactos da adultização ultrapassam a esfera individual e refletem-se no convívio social e no desempenho educacional. Crianças adultizadas tendem a enfrentar dificuldades de socialização, exclusão de grupos de pares e pressões estéticas que fragilizam seus vínculos afetivos. No ambiente escolar, os efeitos manifestam-se em desatenção, queda no rendimento, desinteresse pelas atividades pedagógicas e um descompasso entre aparência de maturidade e capacidade real de aprendizagem.

Diante desse cenário, reafirma-se a necessidade de ações articuladas que envolvam família, escola, sociedade e Estado. A preservação da infância exige um compromisso coletivo que passe pela valorização do brincar, pelo acompanhamento responsável do uso das mídias, pela implementação de políticas públicas de proteção à criança e pela formação de educadores preparados para lidar com esse desafio. A conscientização da sociedade sobre os riscos da adultização precoce é igualmente indispensável, uma vez que apenas por meio da reflexão crítica será possível ressignificar práticas culturais que antecipam de forma inadequada a vida adulta.

Assim, este estudo ressalta que a infância não pode ser abreviada ou negligenciada. Garantir que a criança viva sua fase com plenitude e proteção é assegurar-lhe condições para se tornar um adulto emocionalmente saudável, socialmente integrado e academicamente preparado. A preservação da infância, portanto, deve ser compreendida não como um privilégio, mas como um direito fundamental, cuja defesa é responsabilidade de todos os segmentos da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.